

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E TERCEIRO SETOR.

TÍTULO DO TRABALHO: ANÁLISE DO APRENDIZADO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRATO E JUAZEIRO DO NORTE-CE.

Resumo

O presente estudo investigou o impacto da Educação Fiscal na formação cidadã de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental em escolas públicas dos municípios de Crato e Juazeiro do Norte-CE. Por meio de uma abordagem metodológica qualitativa, com aplicação de oficinas pedagógicas e questionários antes e após as atividades, buscou-se avaliar o conhecimento e as percepções dos estudantes sobre temas como tributos, uso de recursos públicos e fiscalização. Os resultados demonstraram avanços significativos na compreensão dos alunos, sobretudo quanto à função social dos tributos, à importância da participação cidadã e ao papel fiscalizador do cidadão. A pesquisa destaca a relevância da Educação Fiscal como ferramenta para o desenvolvimento da consciência crítica e da cidadania, quando integrada de forma contextualizada e ativa ao ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Fiscal; Cidadania; Tributos; Controle Social; Metodologias Ativas.

36º ENANGRAD

1. Introdução

A tributação é entendida como um dever fundamental dos cidadãos para colaborar com as atividades do Estado, especialmente na garantia de condições sociais adequadas à vida das pessoas, mas, ao mesmo tempo, observa-se, em certos segmentos de contribuintes, um impulso de resistir à cobrança de tributos (Conceição; Amaral, 2021). Atualmente, questiona-se sobre a elevada carga tributária, especialmente quando não se observa um retorno satisfatório na prestação de serviços públicos de qualidade. Em muitos casos, a crítica se estende à própria existência da tributação, sem que haja uma compreensão clara sobre sua finalidade (Barbosa, 2019).

Segundo Pêgas (2022), o sistema tributário exerce uma função relevante na redução das desigualdades sociais, sendo um instrumento essencial para promover uma melhor distribuição da renda. Adamy (2024) ressalta que os tributos vão além de sua função arrecadatória, exercendo também um papel extrafiscal ao influenciar comportamentos sociais, seja desestimulando condutas consideradas nocivas, seja promovendo ações vistas como positivas e vantajosas. Assim, o direito tributário não se restringe à geração de receita para os entes federativos, mas também atua como um mecanismo de regulação, direcionando os contribuintes a adotarem posturas mais compatíveis com os interesses coletivos.

De acordo com Diniz e Nabhan (2024), desde a sua origem o sistema tributário brasileiro enfrenta obstáculos relacionados à sua complexidade e à falta de transparência, resultantes da grande quantidade de tributos existentes, o que dificulta sua aplicação prática, limita o acesso à informação, compromete a justiça social e desestimula o crescimento econômico. Machado (2024) ressalta que o sistema tributário atual apresenta falhas significativas, marcadas por uma carga tributária elevada e por uma distribuição ineficiente, fatores que evidenciam a necessidade de aprimoramentos; segundo o autor, um dos aspectos mais críticos é a falta de progressividade, que contribui para o agravamento das desigualdades sociais.

Trigueiro et al. (2023) destaca que, sob a ótica dos municípios, a implementação de um novo modelo de arrecadação e redistribuição de receitas demanda significativas transformações estruturais, o que representa desafios expressivos para a gestão local. Nesse sentido, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2023) enfatiza que a reforma tributária trará impactos relevantes para os entes municipais, especialmente nas áreas de fiscalização e arrecadação, exigindo que os gestores públicos se preparem com antecedência para lidar com as mudanças propostas.

O pagamento de tributos é uma obrigação do cidadão, enquanto fazê-lo de forma justa é um direito intrínseco a ele. Simultaneamente, o controle social e fiscal é um poder-dever do contribuinte, que dispõe de diversos meios para exercê-lo (Barbosa, 2019). Dada a complexidade do Sistema Tributário Nacional e a relevância da educação na preparação e estímulo à cidadania, a Educação Fiscal surge como uma ferramenta essencial para a conscientização do cidadão-contribuinte sobre sua responsabilidade na promoção do bem comum e na efetivação da cidadania fiscal na sociedade (Barbosa; Nunes, 2020).

É nesse contexto de que emerge a necessidade da Educação Fiscal. A educação fiscal é um instrumento essencial para a formação cidadã, pois permite que os indivíduos compreendam a relação entre a arrecadação tributária e o financiamento das políticas públicas. Segundo Barbosa (2019), a conscientização sobre a função social dos impostos fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade social,

levando os cidadãos a participarem ativamente do acompanhamento e fiscalização da gestão pública.

Machado (2016) destaca que a cidadania é um valor fundamental que deve sustentar os projetos educacionais, explicando que "educar para a cidadania" consiste em fornecer aos indivíduos os instrumentos necessários para que possam participar de forma motivada e competente, de modo que seus interesses individuais e sociais se interajam. De acordo com Aguiar (2014), a noção contemporânea de cidadania abrange tanto a efetivação de direitos e o entendimento sobre deveres quanto o sentimento de pertencimento à sociedade, sendo que o reconhecimento do pagamento de tributos como um dever essencial está relacionado a essa sensação de pertencimento e à responsabilidade compartilhada que caracteriza a cidadania.

A pesquisa busca responder à seguinte questão: De que forma a Educação Fiscal pode contribuir para a formação cidadã dos alunos dos anos finais do ensino fundamental? Este artigo tem como objetivo geral compreender como a Educação Fiscal pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, e como objetivos específicos, identificar o conhecimento desse público sobre questões fiscais, além de avaliar os impactos das atividades pedagógicas no entendimento desses alunos sobre o tema.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Educação fiscal e cidadania

Segundo Cazella et al (2021), a educação é um processo que vai além das disciplinas escolares, atuando de maneira contínua no desenvolvimento de valores e comportamentos dos indivíduos. Nesse contexto, a educação fiscal surge como uma iniciativa estruturada e sistematizada, voltada para a formação da consciência do contribuinte quanto à função social dos tributos e aos propósitos institucionais que eles cumprem.

De acordo com Aguiar (2014), a noção de cidadania atualmente abrange a realização dos direitos, a consciência dos deveres e o sentimento de inclusão na sociedade. Nesse contexto, o mesmo autor destaca que entender o pagamento de tributos como uma obrigação essencial está ligado à sensação de pertencimento e à partilha de responsabilidades, elementos que constituem a cidadania.

Nesse contexto, o conceito de cidadania fiscal ultrapassa a simples obrigação de pagar tributos e passa a envolver a compreensão crítica dos fundamentos do sistema tributário, a importância do controle social e a corresponsabilidade na construção de uma sociedade mais justa (Maia, 2015). Lima (2019) reforça essa perspectiva ao destacar que a educação fiscal contribui para uma mudança cultural, na qual o pagamento de impostos é percebido como um dever cívico fundamental, diretamente vinculado ao bem-estar coletivo e à efetivação dos direitos sociais.

A relação entre educação fiscal e cidadania também está diretamente associada à redução da sonegação fiscal e ao aumento da eficiência na utilização dos recursos públicos (Nunes, 2021). Quando os cidadãos compreendem o impacto dos tributos na sociedade, tendem a exigir mais transparência e melhor aplicação dos recursos. Dessa forma, a educação fiscal promove uma mudança cultural na qual o pagamento de impostos passa a ser visto como um dever cívico, essencial para o bem-estar coletivo (Silva, 2020).

Nesse contexto, o ensino da educação fiscal deve ser incentivado desde a educação básica, permitindo que os alunos desenvolvam uma compreensão sobre as implicações da tributação e da cidadania fiscal (Souza, 2022). Conforme apontado por Ferreira (2021), quando inserida no currículo escolar, a educação fiscal possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes em relação à administração pública, capacitando-os para atuar como agentes fiscalizadores e conscientes dos seus direitos e deveres.

O estudo desenvolvido por Caminha et al. (2017), com foco nas experiências de educação fiscal conduzidas em Lages/SC, evidenciou que práticas pedagógicas interdisciplinares, quando articuladas ao contexto sociocultural dos estudantes, podem potencializar significativamente a formação cidadã. Ao adotar estratégias didáticas com linguagem acessível e conteúdo tributário contextualizado, as ações pedagógicas promovidas no município contribuíram para a ampliação da consciência fiscal e para o fortalecimento do papel do cidadão como agente de controle social, promovendo o engajamento ético e coletivo frente à gestão pública.

Nessa mesma linha, Barbosa e Nunes (2020) argumentam que a educação fiscal, quando integrada criticamente ao processo formativo, transcende a mera transmissão de conteúdos técnicos sobre o sistema tributário. Ela assume uma função transformadora, ao estimular o protagonismo juvenil e a participação democrática. Ao compreenderem como os recursos arrecadados são utilizados e como podem exigir transparência e eficiência do poder público, os estudantes se reconhecem como sujeitos ativos em sua própria formação e no exercício da cidadania.

Por fim, ressalta-se que a consolidação da cidadania fiscal requer que os indivíduos reconheçam não apenas seus direitos, mas também seus deveres perante o Estado. Esse reconhecimento depende, necessariamente, de processos educativos contínuos, que devem ser iniciados desde os primeiros anos escolares e fortalecidos ao longo da vida. Assim, a educação fiscal firma-se como um instrumento de emancipação social e política, ao oferecer aos cidadãos as ferramentas necessárias para compreender, fiscalizar e intervir nas ações do poder público (Barbosa, 2019; Souza, 2023).

2.2. Políticas públicas e programas de educação fiscal

As políticas públicas voltadas para a educação fiscal têm como objetivo principal disseminar o conhecimento sobre a função social dos tributos e sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população. O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) é um dos principais mecanismos utilizados pelo governo brasileiro para incentivar a formação cidadã, promovendo a integração entre as instituições educacionais e os órgãos fazendários (Barbosa, 2019).

Segundo Gomes (2023), as iniciativas de educação fiscal são fundamentais para fomentar a transparência na administração pública e fortalecer o controle social sobre o uso dos recursos financeiros. Essas políticas têm demonstrado eficácia na formação de uma consciência coletiva sobre a importância do cumprimento das obrigações tributárias.

A experiência de diversos municípios brasileiros tem demonstrado que programas de educação fiscal podem promover maior envolvimento da sociedade na fiscalização dos gastos públicos, reduzindo a corrupção e incentivando a participação cidadã (Silva, 2020). Estudos indicam que a adoção de iniciativas pedagógicas, como jogos educativos e simulações sobre tributação, tem sido uma estratégia eficaz para engajar os alunos no aprendizado sobre educação fiscal (Nunes, 2021).

Além disso, a implementação de programas educativos em escolas municipais tem se mostrado um caminho promissor para ampliar o acesso ao conhecimento sobre educação fiscal. Iniciativas como a Semana Nacional de Educação Fiscal e a inserção de disciplinas relacionadas ao tema nos currículos escolares são exemplos de ações que têm gerado impactos positivos na formação cidadã dos estudantes (Almeida, 2022).

A educação fiscal pode ser trabalhada de diversas formas no ambiente escolar, utilizando metodologias ativas que favorecem a participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Ferreira (2021), o uso de metodologias interativas, como estudos de caso, jogos educativos e simulações, tem se mostrado eficaz para despertar o interesse dos estudantes e promover uma compreensão mais aprofundada sobre o tema.

As metodologias ativas de aprendizagem, como a gamificação e a aprendizagem baseada em problemas, também têm sido amplamente utilizadas para promover a educação fiscal (Silva, 2020). Nunes (2021) destaca que a aprendizagem baseada em problemas é uma estratégia metodológica que estimula o pensamento crítico e a resolução de questões relacionadas à gestão fiscal e tributária. Essa abordagem permite que os alunos vivenciem situações reais e desenvolvam soluções que podem ser aplicadas na fiscalização do uso dos recursos públicos.

Diferentes metodologias podem ser aplicadas para tornar o ensino de educação fiscal mais dinâmico e acessível aos alunos. De acordo com Barbosa (2019), abordagens interativas, como debates e estudos de caso, são fundamentais para estimular a reflexão crítica sobre a relação entre tributação e cidadania.

2.3 Estudos Correlatos

Diversos estudos têm buscado compreender e fortalecer a relação entre a educação fiscal e a formação cidadã no ambiente escolar.

Espírito Santo (2015) aponta que o uso de mídias digitais e ferramentas interativas promove maior assimilação dos conteúdos e favorece a participação ativa dos estudantes. A pesquisa revelou que os alunos se mostraram mais motivados a discutir temas como arrecadação, impostos e fiscalização quando a metodologia de ensino incorporava linguagem acessível, jogos educativos e recursos visuais.

Segundo Caminha et al. (2017), o qual apresenta os resultados de um projeto realizado com estudantes do ensino fundamental da rede municipal, a introdução da temática fiscal por meio de oficinas, jogos e recursos tecnológicos gerou um envolvimento ativo dos alunos, promovendo o entendimento sobre arrecadação, gastos públicos e controle social. Os autores ressaltam que, além de sensibilizar os estudantes, a ação repercutiu positivamente na comunidade escolar, aproximando família e escola no debate sobre cidadania fiscal.

O trabalho de Barbosa (2019), realizado com alunos dos anos finais do ensino fundamental no município de São Mateus – ES, revelou a eficácia de atividades pedagógicas voltadas à conscientização fiscal. A autora destaca que o uso de práticas contextualizadas, aliadas ao debate sobre a função social dos tributos, favorece o desenvolvimento da cidadania nos estudantes, ampliando a percepção de seus direitos e deveres enquanto contribuintes.

Esses resultados reforçam as contribuições apresentadas por Barbosa (2019) e por Souza (2022), os quais defendem que a educação fiscal, para ser eficaz, deve dialogar com a realidade do aluno e utilizar práticas pedagógicas inovadoras. Ao alinhar o conteúdo tributário com a vivência social dos estudantes, os projetos

analisados demonstraram que é possível promover uma mudança de mentalidade e contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e participativos.

Além das experiências já mencionadas, Souza (2023) destaca a relevância de práticas pedagógicas interdisciplinares como forma de tornar o ensino mais significativo. Ao promover atividades que relacionam a educação fiscal ao cotidiano das crianças, o projeto relatado possibilitou aos alunos desenvolverem a consciência de seus direitos e deveres, além de uma postura crítica diante da realidade social. A integração da temática fiscal às disciplinas escolares proporcionou um ambiente de aprendizagem mais envolvente e conectado à vivência comunitária dos estudantes, o que contribuiu para a valorização da escola como espaço de construção da cidadania.

Craveiro (2023) propõe uma abordagem inovadora ao aliar educação fiscal e recursos digitais. Por meio de aplicativos e plataformas interativas, os estudantes foram incentivados a acompanhar os gastos públicos do seu município, exercitando o controle social de forma prática. A pesquisa demonstrou que o uso de tecnologias ampliou o interesse e o engajamento dos alunos, contribuindo para o fortalecimento da cultura fiscal desde os primeiros anos de escolaridade.

Por fim, Craveiro (2023) reforça o papel da tecnologia e da investigação ativa como instrumentos eficazes na formação cidadã. Por meio do uso de ferramentas digitais e da promoção de debates sobre gastos públicos, os alunos puderam compreender com maior clareza o funcionamento da máquina pública e o impacto direto da arrecadação e da aplicação dos tributos em suas realidades. Essa aproximação prática do conteúdo com o cotidiano dos estudantes ampliou o interesse pelo tema e incentivou o protagonismo juvenil, demonstrando que o ensino de educação fiscal pode — e deve — ultrapassar os limites da teoria, promovendo a vivência concreta da cidadania fiscal.

3. Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por meio da qual busca-se interpretar e compreender, em profundidade, aspectos relacionados à Educação Fiscal, com base na análise dos questionários aplicados a alunos dos anos finais do ensino fundamental participantes do Projeto Educação Fiscal nas Escolas do Cariri. Segundo Minayo (2011), o método qualitativo é particularmente apropriado para investigar fenômenos sociais, pois considera os significados, valores, motivações e práticas dos sujeitos envolvidos, permitindo uma análise contextualizada da realidade. De acordo com Marconi e Lakatos (2021), esse tipo de pesquisa baseia-se na compreensão detalhada das características situacionais específicas de determinado grupo ou contexto.

Com o intuito de aprofundar a pesquisa e analisar os efeitos de uma abordagem pedagógica voltada para a Educação Fiscal em estudantes que estavam em transição da adolescência para a juventude, o presente estudo optou por focar nos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (9º anos) no ano de 2024. Levou-se em consideração a maturidade desses estudantes, o que permite que se compreendam melhor como participantes da pesquisa, além da necessidade de proporcionar o mais cedo possível o contato com o tema, sem desconsiderar a maturidade exigida para lidar com questões fiscais.

Na busca por seus objetivos, o presente trabalho teve como foco a ministração do curso de Educação Fiscal, oficina pedagógica integrante do Programa Educação

Fiscal nas Escolas do Cariri, que, ao longo dos meses agosto a dezembro de 2024, foi ministrado pelos alunos da Universidade a alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, totalizando 52 alunos, das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) Dom Quintino e (EMEF) Edvard Teixeira, escolas integrante da rede pública da região do Cariri, localizadas na cidade de Crato-CE e Juazeiro do Norte-CE.

3.1 Projeto Educação Fiscal nas Escolas do Cariri

O curso de educação fiscal, desenvolvido como oficina pedagógica dentro do Projeto de Extensão Educação Fiscal nas Escolas do Cariri, destaca-se por integrar teoria e prática na promoção da conscientização sobre o uso dos recursos públicos, a função dos tributos, o exercício da cidadania e o funcionamento dos três poderes, entre outros temas ligados à tributação, utilizando metodologias ativas. Durante sua realização, os bolsistas do projeto — estudantes da Universidade Federal do Cariri — conduzem atividades interativas e explicativas com os alunos, estimulando a participação por meio de questionamentos e debates. Entre os temas abordados estão a história da tributação; os tributos cobrados por cada esfera de governo e sua função social; os mecanismos de participação popular na formulação de políticas públicas; além do papel do cidadão na fiscalização dos gastos públicos e no combate à sonegação fiscal.

3.2 Questionários: Metodologias de Aplicação e Análise de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio da observação das atividades desenvolvidas durante o curso de educação fiscal, complementada pela aplicação de dois questionários estruturados. O primeiro, aplicado antes da oficina pedagógica, teve como objetivo identificar o conhecimento prévio dos participantes sobre a temática fiscal. O segundo, aplicado ao final do curso, buscou avaliar os impactos da oficina no aprendizado dos alunos. Ambos os instrumentos continham dez questões, formuladas em linguagem acessível, e mantiveram estrutura semelhante, a fim de permitir a comparação dos resultados obtidos nas duas etapas da pesquisa.

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário estruturado contendo dez questões, elaboradas com base nos conteúdos abordados durante a execução do projeto de Educação Fiscal. O instrumento incluiu questões abertas e objetivas, com o intuito de investigar o nível de conhecimento, a percepção crítica e a compreensão dos alunos acerca de temas relacionados à tributação, à cidadania fiscal e à gestão dos recursos públicos. As questões aplicadas foram as seguintes:

1. Você considera a cobrança de impostos algo bom ou ruim? Justifique sua resposta.
2. Quais são os três poderes do Estado?
3. A educação pública, como a ofertada na sua escola, pode ser considerada gratuita? Justifique.
4. Na sua percepção, qual a importância da Educação Fiscal para o seu dia a dia?
5. Você acredita que os recursos públicos são gastos para atender às necessidades da sociedade? Justifique.
6. São características dos tributos:
 - a) Pago em dinheiro com valor determinado;
 - b) Pago em serviço com valor indeterminado;
 - c) Pago em produtos.

7. Quais as consequências do não pagamento dos impostos?
8. Os tributos podem ser divididos como:
 - a) Simples, composto, abstrato;
 - b) Positivo, negativo, neutro;
 - c) Municipais, estaduais e federais.
9. Assinale a alternativa correta:
 - a) Imposto é um tributo;
 - b) Tributo é um imposto.
10. Como podemos fiscalizar o dinheiro público?
 - a) Por meio de sites oficiais do município e portal da transparência;
 - b) Por meio de qualquer pessoa;
 - c) Por meio de filmes e séries.

As questões foram categorizadas em seis eixos temáticos para facilitar a análise dos conteúdos abordados. Cada eixo agrupa questões com objetivos semelhantes, como avaliar o conhecimento sobre tributos, estrutura dos Três Poderes, percepção sobre impostos, uso dos recursos públicos, Educação Fiscal e mecanismos de fiscalização e controle social. Essa organização permite uma leitura mais clara e direcionada dos resultados.

Quadro 1 – Eixos temáticos de análise

Eixo Temático	Questões	Objetivo da Questão
Compreensão sobre tributos	6,8,9	Avaliar o conhecimento sobre a natureza, função e classificação dos tributos.
Entendimento sobre os Três Poderes	2	Verificar se os alunos reconhecem a estrutura dos poderes do Estado e suas respectivas funções.
Percepções sobre o pagamento de impostos	1,7	Compreender a percepção dos alunos sobre a cobrança de impostos e suas consequências.
Consciência sobre recursos públicos e serviços coletivos	5	Refletir sobre a aplicação dos recursos públicos e sua importância para a coletividade.
Conhecimento sobre Educação Fiscal e Cidadania	4	Identificar a compreensão dos alunos sobre a Educação Fiscal e sua relevância no cotidiano.
Entendimento sobre fiscalização e controle social	10	Avaliar o conhecimento sobre os meios de fiscalização do uso dos recursos públicos.

Fonte: Os autores, 2025.

Com o intuito de organizar e interpretar os dados obtidos por meio do questionário aplicado, foi elaborado um sistema de codificação das respostas dos alunos, conforme apresentado no Quadro 1. As siglas utilizadas servem como categorias de análise, permitindo classificar o nível de conhecimento demonstrado nas respostas, especialmente nas questões abertas e de múltipla escolha. Essa

categorização permitiu uma análise qualitativa mais precisa, além de facilitar a apresentação e discussão dos resultados.

Quadro 1 – Siglas Utilizadas nas Tabelas de Resultados	
Sigla	Significado
CA	Conhece o Assunto (resposta correta ou plenamente adequada)
PC	Pouco Conhecimento (resposta parcialmente correta, com limitações conceituais)
N	Não Conhece o Assunto (resposta incorreta, vaga ou ausência de resposta)
C	Responderam Corretamente (em questões de múltipla escolha)
E	Responderam Errado (em questões de múltipla escolha)

Fonte: Os autores, 2025.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários, organizados conforme os objetivos da pesquisa. A categorização das respostas foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo a identificação de padrões, significados e níveis de compreensão nas respostas dos participantes. Essa abordagem possibilitou uma interpretação sistemática e fundamentada dos dados qualitativos e quantitativos coletados.

4. Análise e Discussão dos Resultados

A coleta de dados foi realizada em duas etapas: primeiro, com a aplicação de oficinas pedagógicas interativas, com o objetivo de introduzir os conceitos de Educação Fiscal de forma lúdica, participativa e contextualizada. Em seguida, os estudantes responderam a questionários estruturados, que permitiram medir o impacto da oficina sobre seus conhecimentos e percepções.

A aplicação de oficinas pedagógicas foi também uma estratégia central na pesquisa de Barbosa (2022), que evidenciou a eficácia de atividades práticas e dialógicas no desenvolvimento da formação cidadã dos estudantes. A autora destaca que, quando o conteúdo fiscal é abordado de maneira concreta, os alunos não apenas compreendem melhor os conceitos, mas também se sentem mais motivados a participar ativamente da sociedade.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, permitindo um diálogo entre os resultados. O objetivo inicial foi avaliar o conhecimento prévio dos alunos sobre tributos e, a partir disso, analisar os efeitos da oficina pedagógica nesse aprendizado. A comparação entre os dados coletados antes e depois da realização da oficina evidenciou uma evolução notável no entendimento dos estudantes sobre o conceito de tributo, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Compreensão sobre tributos

Alunos		Porcentagem		Depois	
Questões (6,8,9)		Antes		C	E
Características dos tributos		C 62%	E 38%	C 67%	E 33%
Divisão dos tributos		50%	31%	71%	29%

Imposto é um tributo (diferença conceitual)	62%	38%	56%	44%
---	-----	-----	-----	-----

Fonte: Os autores, 2025.

A análise dos dados revela uma evolução moderada na compreensão dos alunos sobre tributos após a intervenção pedagógica. Na Questão 6, que trata das características dos tributos, houve um aumento de 5 pontos percentuais nas respostas corretas (de 62% para 67%) e uma redução de 5 pontos nas erradas (de 38% para 33%), indicando um leve avanço no entendimento conceitual. A Questão 8, sobre a divisão dos tributos, apresentou o melhor resultado, com um crescimento significativo de 21 pontos nas respostas corretas (de 50% para 71%) e redução de 21 pontos nas incorretas (de 50% para 29%), o que sugere que esse conteúdo foi bem assimilado. Já na Questão 9, que aborda a diferença conceitual entre tributo e imposto, houve uma queda nas respostas corretas (de 62% para 56%) e um aumento nas incorretas (de 38% para 44%), apontando uma possível confusão ou necessidade de reforço nesse tema específico. De forma geral, os resultados indicam progresso, embora com variações conforme o conteúdo abordado.

A análise dos dados da Tabela 2 reflete a evolução no entendimento dos alunos sobre os três poderes do Estado, um dos temas abordados na oficina. A comparação entre as respostas antes e depois da atividade pedagógica mostra um aumento considerável no número de estudantes que demonstraram compreensão sobre essa divisão fundamental da estrutura política, como será evidenciado nas porcentagens apresentadas.

Tabela 2 - Compreensão sobre os Poderes do Estado

Alunos	Porcentagem					
	Antes			Depois		
	CA	PC	N	CA	PC	N
Questão (2)						
Quais são os 3 poderes do Estado?	50%	8%	42%	63%	8%	29%

Fonte: Os autores, 2025.

A questão sobre os três poderes do Estado apresentou melhora significativa no entendimento completo dos alunos, com um aumento de 13 pontos percentuais nas respostas conhece o assunto (de 50% para 63%). A porcentagem de respostas parcialmente corretas se manteve estável (8%), enquanto a quantidade de alunos que não conhece o assunto caiu de 42% para 29%, uma redução de 13 pontos. Esses dados sugerem que houve uma efetiva assimilação do conteúdo relacionado à estrutura do Estado, indicando que a intervenção contribuiu de forma relevante para esse aprendizado.

A Tabela 3 foca nas questões relacionadas às consequências do não pagamento dos impostos e à opinião dos alunos sobre a cobrança de tributos. A comparação entre as respostas dos alunos antes e depois da oficina revela mudanças significativas nas percepções dos estudantes sobre o papel dos tributos na sociedade e as implicações legais de não pagá-los.

Tabela 3 - Compreensão sobre a Finalidade e Consequências dos Tributos

Alunos
  

Questões (1,7)	Porcentagem Antes			Depois		
	CA	PC	N	CA	PC	N
Opinião sobre a cobrança de impostos (com justificativa)	4%	65%	31%	62%	23%	15%
Consequências do não pagamento dos impostos	10%	56%	35%	65%	15%	19%

Fonte: Os autores, 2025.

As respostas às questões relacionadas à percepção sobre os impostos e às consequências do seu não pagamento demonstram avanços expressivos no entendimento crítico e funcional do tema pelos alunos. Na Questão 1, a porcentagem de respostas conhece o assunto saltou de 4% para 62%, um crescimento impressionante de 58 pontos percentuais. Houve também uma redução significativa de respostas classificadas como não conhece o assunto (de 31% para 15%). Isso evidencia uma mudança expressiva na forma como os alunos passaram a compreender e justificar a importância da cobrança de tributos.

Na Questão 7, o número de respostas conhece o assunto subiu de 10% para 65%, um aumento de 55 pontos percentuais. Ao mesmo tempo, as respostas parcialmente corretas e ausentes diminuíram consideravelmente. Esses resultados sugerem que os estudantes compreenderam não apenas a função social dos tributos, mas também as implicações práticas e legais do seu não pagamento, mostrando que o conteúdo foi bem absorvido e refletido de forma crítica.

Na Tabela 4, analisamos as respostas sobre a percepção dos alunos quanto ao uso dos recursos públicos. O aumento nas respostas corretas indica uma maior compreensão dos alunos sobre a importância da transparência no gasto público e como isso impacta a sociedade, após a realização da oficina pedagógica.

Tabela 4 - Percepção sobre o Uso dos Recursos Públicos

Alunos						
Questão (5)	Porcentagem Antes			Depois		
	CA	PC	N	CA	PC	N
Os recursos públicos atendem às necessidades da sociedade?	4%	69%	27%	62%	25%	13%

Fonte: Os autores, 2025.

A questão que investiga a percepção dos alunos sobre o uso dos recursos públicos apresentou um avanço notável na compreensão crítica e fundamentada do tema. O percentual de respostas conhece o assunto subiu de 4% para 62%, demonstrando um aumento de 58 pontos percentuais, o que indica um amadurecimento na capacidade de analisar o papel do Estado e a aplicação dos tributos arrecadados. Além disso, houve uma expressiva redução nas respostas ausentes ou sem compreensão (de 27% para 13%), revelando que os estudantes passaram a refletir com mais clareza e segurança sobre a relação entre arrecadação e retorno social. Esse resultado aponta para o sucesso da abordagem pedagógica em estimular o pensamento crítico sobre políticas públicas e cidadania fiscal.

A Tabela 5 mostra como os alunos passaram a enxergar a importância da Educação Fiscal no seu cotidiano. A comparação dos dados antes e depois da oficina revela um aumento significativo no número de alunos que reconhecem a relevância da Educação Fiscal para a cidadania e para a tomada de decisões informadas no contexto social e político.

Tabela 5 - Percepção sobre a Importância da Educação Fiscal

Alunos Questão (4)	Porcentagem Antes			Depois		
	CA	PC	N	CA	PC	N
	Importância da Educação Fiscal no dia a dia	2%	27%	71%	50%	25%

Fonte: Os autores, 2025.

A questão que trata da importância da Educação Fiscal no cotidiano dos alunos apresentou uma evolução notável. Antes da intervenção, 71% dos estudantes não souberam ou não conseguiram expressar a relevância do tema, e apenas 2% ofereceram respostas que conhecem o assunto. Após o trabalho educativo, esse cenário mudou drasticamente: 50% dos alunos demonstraram compreensão plena, e o índice de respostas nulas caiu para 25%. Essa melhora de 48 pontos percentuais nas respostas corretas indica que os alunos passaram a valorizar a Educação Fiscal como ferramenta de cidadania e consciência social, reconhecendo seu papel na tomada de decisões e no exercício da participação democrática.

Por fim, a Tabela 6 analisa o entendimento dos alunos sobre como fiscalizar o dinheiro público. A melhoria nas respostas dos estudantes, principalmente na identificação das ferramentas corretas para essa fiscalização, evidencia o impacto positivo da oficina, com um aumento nas respostas corretas e uma redução significativa nas erradas.

Tabela 6 - Fiscalização do Dinheiro Público

Alunos Questão (10)	Porcentagem Antes		Depois	
	C	E	C	E
Como fiscalizar o dinheiro público? (a- Por meio de sites oficiais do município e portal da transparência; b- Por meio de qualquer pessoa; c- Por meio de filmes e séries)	92%	8%	96%	4%

Fonte: Os autores, 2025.

A questão sobre como fiscalizar o dinheiro público apresentou um desempenho extremamente positivo desde o início. A porcentagem de respostas corretas passou de 92% para 96%, refletindo uma leve melhora de 4 pontos percentuais, o que sugere que os alunos já possuíam um bom entendimento inicial sobre o tema, mas a intervenção ainda contribuiu para consolidar esse conhecimento. O número de

respostas erradas diminuiu de 8% para 4%, o que reforça a ideia de que a grande maioria dos alunos compreendeu bem os meios adequados de fiscalização, como o uso de portais de transparência e sites oficiais.

A avaliação inicial revelou uma baixa porcentagem de alunos com compreensão adequada sobre o conceito de tributo, o que reforça a importância da ação pedagógica. Os resultados obtidos indicam uma evolução significativa no entendimento dos alunos sobre o conceito e a função dos tributos. Inicialmente, a maioria dos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental apresentava um conhecimento limitado sobre o tema. No entanto, após a implementação da oficina pedagógica, observou-se uma melhora considerável no entendimento dos alunos. A análise dos dados pós-oficina demonstrou um aumento expressivo no número de estudantes que adquiriram uma compreensão mais aprofundada, com muitos alcançando um nível excelente de conhecimento.

5. Conclusão e Contribuições

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos da Educação Fiscal na formação cidadã de estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, a partir da experiência vivenciada no Projeto Educação Fiscal nas Escolas do Cariri Cearense. Utilizando um delineamento sequencial exploratório, a pesquisa integrou dados qualitativos e quantitativos, os quais evidenciaram a importância do ensino sobre a função social dos tributos, o papel do cidadão na fiscalização dos recursos públicos e a promoção da cidadania fiscal desde os primeiros anos da vida escolar.

A análise dos resultados demonstrou que a intervenção pedagógica contribuiu significativamente para o aprofundamento da compreensão dos alunos sobre os tributos, bem como para a valorização de sua participação ativa na sociedade.

Os dados obtidos revelaram avanços expressivos no entendimento dos estudantes sobre os conceitos trabalhados, como a função social dos tributos, o papel do cidadão na fiscalização dos recursos públicos e a relevância da Educação Fiscal no cotidiano. Foi possível observar um aumento significativo nas respostas corretas dos alunos em diversas questões, evidenciando que a oficina pedagógica contribuiu para o desenvolvimento de uma compreensão mais crítica e fundamentada sobre o tema.

A maior evolução foi observada nas questões relacionadas à percepção dos tributos e à fiscalização do dinheiro público, onde os alunos demonstraram uma melhora considerável em suas respostas após a realização da oficina. A implementação de atividades práticas e dialógicas, como as propostas no estudo de Barbosa (2022), mostrou-se uma estratégia eficaz para estimular o pensamento crítico e a participação cidadã.

Em suma, a pesquisa confirmou que a Educação Fiscal tem um papel crucial no desenvolvimento da consciência cívica dos estudantes, incentivando-os a compreender melhor o funcionamento dos tributos e a importância de sua participação ativa na sociedade. Os resultados indicam que, quando trabalhada de maneira concreta e contextualizada, a Educação Fiscal pode se tornar uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e engajados.

Apesar dos resultados positivos, esta pesquisa apresentou algumas limitações. O estudo concentrou-se em apenas duas escolas da região do Cariri, o que restringe a generalização dos dados para outros contextos educacionais. Além disso, o período relativamente curto da intervenção pedagógica pode não ter sido suficiente para promover mudanças mais duradouras no comportamento dos estudantes.

Para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação da amostra para incluir diferentes realidades socioeconômicas e regiões geográficas, bem como o acompanhamento longitudinal dos alunos para avaliar os impactos de longo prazo da Educação Fiscal na formação cidadã. Estudos que explorem a percepção dos professores e gestores escolares sobre a integração da temática fiscal ao currículo também podem enriquecer o campo de investigação.

Referências Bibliográficas

ADAMY, P. Extrafiscalidade na reforma tributária: essencialidade rígida e o fim da função promocional do direito tributário. *Revista Direito Tributário Atual*, São Paulo, v. 58, p. 410-431, 2024.

AGUIAR, Ana Cecília Bezerra de. **A construção da cidadania solidária por meio da educação fiscal: uma análise dos observatórios sociais**. 2014. 279 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ALMEIDA, Tatiane Rocha. **Metodologias Ativas no Ensino de Educação Fiscal**. 2022.

AMARAL, D. F. do. **Projeto Educação Fiscal nas Escolas do Estado da Bahia (PEFE BA): práticas no âmbito da rede estadual de ensino**. 2019. 145 f. Relatório Técnico (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2019.

BARBOSA, D. M. P. S.; NUNES, M. A. C. **A educação fiscal e a cidadania: um estudo com alunos dos anos finais do ensino fundamental** *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 77-98, set.-dez. 2020.

BARBOSA, Daniela Maciel Peçanha Santana. **A educação fiscal e a cidadania: um estudo com alunos dos anos finais do ensino fundamental no município de São Mateus** – ES. São Mateus - ES, 2019.

BARBOSA, Daniela. **Educação Fiscal como ferramenta de formação cidadã no Ensino Fundamental**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

BARBOSA, Daniela; NUNES, Caroline. **Educação fiscal como instrumento de formação cidadã: a importância da prática pedagógica**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 2, n. 3, p. 45–58, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

Caminha, S. C. R.; Locks, G. A.; Arruda, M. P. de; Klaar, A. C. R. (2017). **Projeto educação fiscal para cidadania: análise de uma prática pedagógica escolar**. *Revista Espacios*, 38(50), p. 2. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n50/a17v38n50p02.pdf>. Acesso em: 20/04/2025

CAZELLA, Carla Fabiana; POZZER, João Francisco; SANTOS, Bianca Nicola dos; CARLOTTO, Guilherme. (2021). **Educação fiscal e cidadania: uma atividade colaborativa entre instituições públicas e privadas no município de Chapecó/SC**. Cafi, v. 4 n. 2, p. 215 - 237.

CONCEIÇÃO, S. H.; AMARAL, D. F. **Projeto de educação fiscal nas escolas da Bahia: Organização político-normativa, estratégias pedagógicas, limites e desafios**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 115-139, maio-ago. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Municípios brasileiros: reforma tributária do consumo e seus impactos: finanças e tributação municipal. Brasília, 2024.

Craveiro, G., Gama, A., Aragão, C., Gioia, M. A. T. T., & Craveiro, S. (2023). Aprendendo a Fiscalizar: Uma **Experiência de Educação Fiscal Mediada por Tecnologias Cívicas em Escolas de São Paulo**. *Revista Parlamento E Sociedade*, 11(20), 96–118. Recuperado de <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/256>

Diniz, E. G.; Nabhan, F. A. R. Reforma tributária: uma análise do IBS como forma de substituição ao ICMS e ao ISS. *Revista Acadêmica Online*, Maranhão, v. 10, n. 50, p. 1-12, 2024.

DO ESPÍRITO SANTO, Silvana Casais. **Tecnologia e Educação Fiscal: “ampliação da aprendizagem sobre a cidadania”**. <https://etbces.net.br/edicoes/v-etbces-2015/anais>

FERREIRA, Adriana Oliveira. **A Educação Fiscal no contexto escolar: caminhos para a construção da cidadania**. *Revista Educação Pública*, v. 21, n. 6, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/6/a-educacao-fiscal-no-contexto-escolar-caminhos-para-a-construcao-da-cidadania>. Acesso em: 06 abr. 2025.

FERREIRA, Ricardo Alves. **O Ensino da Educação Fiscal em Sala de Aula como Prática de Cidadania**. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Luiz Henrique. **Políticas Públicas de Educação Fiscal: Desafios e Perspectivas**. 2023.

LIMA, Ivan Cordeiro. **Educação fiscal para a cidadania**. São Paulo: Egesp, 2019.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Reforma tributária comentada e comparada** 1. ed. Rio de Janeiro: Atlas Ltda, 2024.

MACHADO, Nilson José. **Educação: cidadania, projetos e valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2016.

MAIA, Carla Simone dos Santos. **Educação fiscal e cidadania: uma proposta de ensino no contexto escolar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

MAIA, Debora Bezerra de Menezes Serpa. **Tributação indireta e cidadania fiscal: uma análise dos mecanismos de conscientização para mitigação da anestesia**

fiscal. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde – CLAVES, Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

MARINHO, Genilson. **Educar em direitos humanos e formar para cidadania no ensino fundamental.** São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, Camila Silva. **Cidadania fiscal e educação: um estudo com alunos do ensino fundamental.** Revista de Estudos Fiscais, v. 5, n. 2, p. 88–102, 2021.

NUNES, Marcus Antonius da Costa. **Educação Fiscal: Premissa para Melhor Percepção da Cidadania.** 2021.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book.

SILVA, João Carlos. Aprendendo a Fiscalizar: **Uma Experiência de Educação Fiscal Mediada por Tecnologias.** 2020.

SOUZA, Maria Fernanda. **Tecnologia e Educação Fiscal: Ampliação da Aprendizagem sobre a Cidadania Fiscal.** 2022.

SOUZA, Priscila Gonçalves. **Educação Fiscal e Financeira no Ensino Fundamental. Cadernos para o Professor** – PJF, v. 48, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosparaoprofessorse.pjf.mg.gov.br/cadernos-para-o-professor/article/view/vol.48.2-artigo-10>. Acesso em: 06 abr. 2025.

Trigueiro, T. R.; Santos, R. T.; Guimarães, I. M. Uma tessitura acerca dos impactos da reforma tributária no âmbito municipal. Revista Ibero-Americana de Humanidades, São Luís, v. 9, n. 10, p. 3115–3144, 2024.

UCKMAR, V. **La giusta imposta.** In: **BABERIS, G. et al. La politica econômica tra mercati e regolo: scritti in ricordo di Luciano Stella.** São Paulo: Rubbettino Editore, 2005. p. 475 488.